

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

ESTUDO SOBRE A TRANSPARÊNCIA NO ESTADO DE SERGIPE

(Série Histórica 2017/2021)



TCESE
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

PRESIDENTE

Flávio Conceição de Oliveira Neto

VICE-PRESIDENTE

Ulices de Andrade Filho

CORREGEDOR-GERAL

Maria Angélica Guimarães Marinho

CONSELHEIROS

Carlos Pinna de Assis

Luiz Augusto Carvalho Ribeiro - Ouvidor

Susana Maria Fontes Azevedo Freitas

Luis Alberto Meneses

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Rafael Sousa Fonsêca

Francisco Evanildo de Carvalho

Alexandre Lessa Lima

PROCURADOR GERAL - MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL

João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello

PROCURADORES

José Sérgio Monte Alegre

Eduardo Santos Rolemberg Côrtes

Diretoria de Controle Externo de Obras e Serviços

Ana Stella Barreto Rollemberg Porto

Coordenadoria de Auditoria Operacional

Fernando Monteiro Marcelino



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

RESUMO

A Transparência Pública é uma grande conquista da sociedade brasileira na prevenção da corrupção e no fortalecimento da democracia. Nos últimos anos, grandes avanços têm sido registrados com o uso intensivo de novas tecnologias, permitindo acesso universal e responsivo, assim como no aprimoramento dos marcos legais e normativos da Gestão Fiscal e na obrigatoriedade de divulgação dos atos administrativos. Em Sergipe, o Tribunal de Contas tem atuado sistematicamente em fiscalizações periódicas, através de ciclos anuais, e em trabalhos de orientação aos jurisdicionados com o objetivo de colaborar no processo de implantação e incorporação – definitiva - da cultura da transparência em suas unidades jurisdicionadas. O comportamento dos Índices de Transparência (ITs) dessas unidades é objeto deste estudo que revela a importância da regularidade sistêmica e consistência da atuação do TCE/SE, cujos resultados apontam para níveis de qualidade “satisfatórios”, nos termos Resolução TCE/SE nº 311/2018.

**Fernando Monteiro Marcelino –
Coordenador de Auditoria Operacional**

**Ana Stella Barreto Rollemberg Porto –
Diretora de Controle Externo de Obras e
Serviços do TCE/SE**

**Estudo sobre a Transparência no Estado
de Sergipe (Série Histórica 2017/2021)**

Trata-se de estudo sobre o comportamento das unidades jurisdicionadas municipais e estaduais quanto aos níveis de qualidade dos portais com base nos registros históricos dos Índices de Transparência.

A partir desta perspectiva histórica, é preciso salientar o papel do TCE/SE na realização de ciclos anuais de fiscalização contemplando mais de 200 unidades jurisdicionadas, partindo do estímulo inicial para que todas as unidades passassem a possuir um portal de transparência e, posteriormente, com a regulamentação através da Resolução TC nº 311/2018, a melhoria da qualidade dos dados e informações disponibilizados à população.

Neste Estudo dos Índices de Transparência (IT) realizado pela Coordenadoria de Auditoria Operacional da Diretoria de Controle Externo de Obras e Serviços foi identificado que, em geral, o desempenho das unidades estaduais e municipais foi “satisfatório” – acima de 7,0 (70 pontos ou ainda 70% de critérios atendidos) - quanto ao atendimento dos requisitos de Lei de Acesso à Informação – LAI.

Além disso, as Conclusões deste trabalho nortearão ações de orientação do TCE/SE no sentido de priorizar aqueles segmentos cujo comportamento histórico apresentam potencial de melhoria da qualidade dos portais em busca de patamares cada vez mais elevados de transparência. Esta é a meta.



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
2. METODOLOGIA	5
3. ANÁLISE DE RESULTADOS	6
Prefeituras	6
Câmaras Municipais	10
Administração Indireta – Município de Aracaju	14
Unidades de Previdência	15
Unidades Estaduais	16
4. PRINCIPAIS CAUSAS DE DEFICIÊNCIAS NOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA	18
5. CONCLUSÕES	21
ANEXOS	
ANEXO I – Série histórica – Prefeituras Municipais	24
ANEXO II – Série histórica – Câmaras Municipais	27
ANEXO III – Série histórica – Administração Indireta – Aracaju	30
ANEXO IV – Série histórica – Unidades de Previdência	32
ANEXO V – Série histórica – Unidades Estaduais	34



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

1. APRESENTAÇÃO

Este estudo técnico é uma iniciativa da Coordenadoria de Auditoria Operacional/CAOP, vinculada à Diretoria de Controle Externo de Obras e Serviços/DCEOS do TCE/SE com o objetivo de analisar e entender o comportamento do Índice de Transparência (IT) das unidades jurisdicionadas estaduais e municipais de acordo com os registros da série histórica dos últimos anos, identificando aquelas cujos resultados estão, historicamente, elevados, satisfatórios, deficientes e críticos e suas principais causas.

2. METODOLOGIA

As análises deste estudo têm como fonte de dados os Índices de Transparência que são os resultados das fiscalizações realizadas pela CAOP/DCEOS, no âmbito dos ciclos anuais, cuja divulgação está disponível no sítio eletrônico do TCE/SE (www.tce.se.gov.br/consultas/resultados de avaliações-portais), cujos parâmetros (critérios) para pontuação estão consolidados na Matriz de Fiscalização, estabelecida através da Resolução TCE nº 311/2018 e Orientação Técnica nº 01/2019, com base na métrica da ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro e Resolução ATRICON nº 09/2018.

Os Índices de Transparência - ITs refletem as notas de avaliação de atendimento (ou não) dos critérios pré-estabelecidos, com base nos níveis de qualidade previstos na Resolução TCE nº 311/2018, consolidados em planilhas eletrônicas:

“Art. 9º Para fins de classificação quanto à qualidade do portal da transparência, serão considerados os seguintes níveis de resultado:

I – elevado: maior ou igual a 90%

II – satisfatório: maior ou igual a 70% e menor ou igual a 89,9%



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

III – deficiente: maior ou igual a 40% e menor ou igual a 69,9%

IV – crítico: igual ou maior a 0% e menor ou igual a 39,9%”

Neste trabalho, os ITs foram consolidados, com base em medidas de tendência central (média simples, moda e mediana) da Ciências Estatística para identificação de parâmetros relevantes para definição da amostra, como forma de identificar os casos mais sensíveis (deficientes e críticos). A média aritmética simples foi considerada a medida mais adequada na seleção daqueles portais de transparência cujos resultados carecem de maior atenção na busca da melhoria de resultados.

Os resultados são apresentados por Prefeituras (Poder Executivo), Câmaras (Poder Legislativo), Administração Indireta – Aracaju, Institutos de Previdência, Unidades Estaduais, com demonstração dos Índices de Transparência com níveis de qualidade de críticos a elevados.

3. ANÁLISE DE RESULTADOS

Prefeituras (Poder Executivo)

São utilizados dois indicadores para medir o desempenho do nível de qualidade dos portais de transparência das Prefeituras Municipais na série histórica 2017/2021, período em que foram realizados 6 (seis) ciclos de fiscalizações, sendo que, em 2018, aconteceram duas rodadas de fiscalizações.

O primeiro indicador é a **Média Geral do período que resultou, para Prefeituras, em 8,2**, revelando resultados satisfatórios de evolução e de manutenção de desempenho ao longo da série histórica, não obstante, o advento, em 2018, de regramentos com novos critérios definidos em Resolução (311/2018) e



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Orientações Técnicas. As médias dos ciclos de fiscalizações variaram entre 7,6 (limite inferior) a 8,8 (limite superior).

Outro indicador é a **quantidade de Prefeituras que apresentaram ITs menores que 7,0**, cujos níveis de transparência são classificados como Deficientes e Críticos. A média do período é de 13 unidades por ano com Índices de Transparência deficientes e críticos o que representa 17,3% do universo de Prefeituras.

O número mais expressivo de Prefeituras com ITs abaixo de 7,0 aconteceu em 2018 com 26 Prefeituras (35%) apresentando portais deficientes e críticos, quando da entrada em vigor dos procedimentos relativos à Resolução TC 311/2018, estabilizando-se nos ciclos seguintes.

Também em 2020, houve um número – acima da média – de Prefeituras com índices deficientes críticos, cujas causas *a priori* podem estar associadas à pandemia do COVID-19 e uma consequente desmobilização de equipes.

Indicadores	Prefeituras 2017	Prefeituras 2018 (1ª Rodada)	Prefeituras 2018 (2ª Rodada)	Prefeituras 2019	Prefeituras 2020	Prefeituras 2021	Médias dos Índices de Transparência
Média Geral	8,8	7,6	8,2	8	7,9	8,4	8,2
Quantidade de unidades com ITs deficientes e críticos	3	26	12	10	19	6	13

Fonte: série histórica TCE/SE



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Gráfico 1
Prefeituras - Médias Anuais
Índices de Transparência 2017/2021

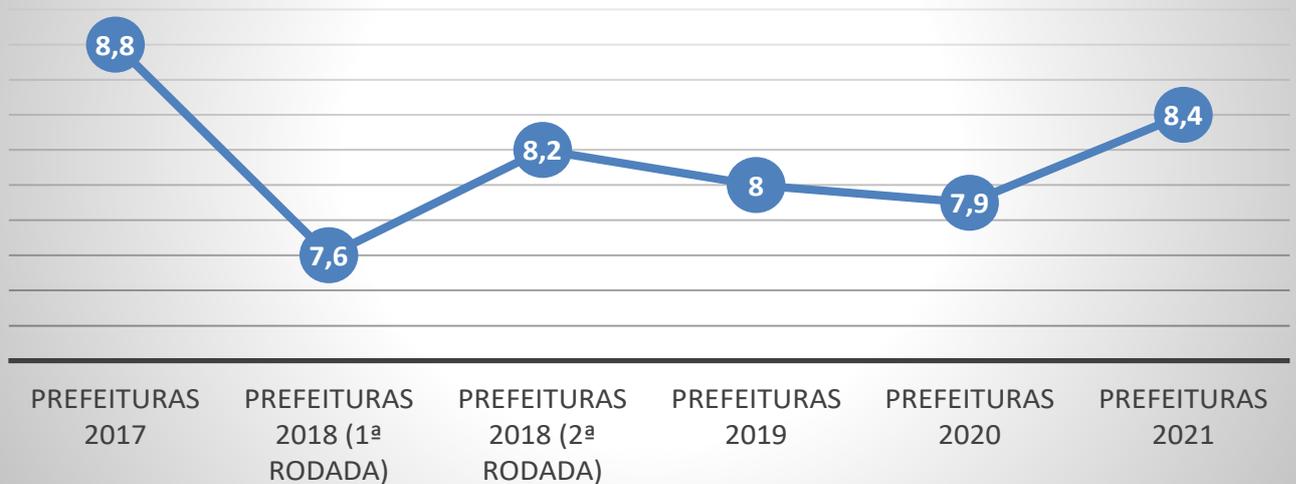
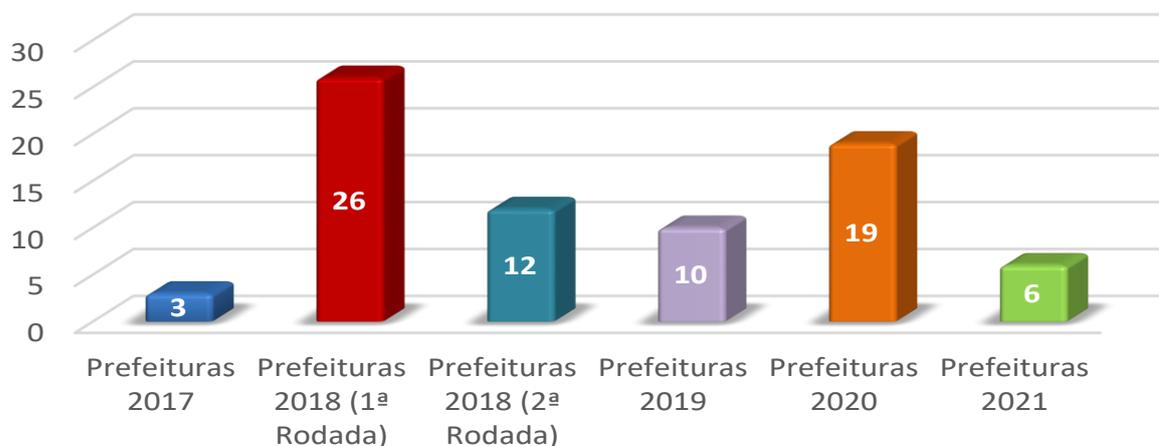


Gráfico 2
Quantidade de Prefeituras com ITs < 7,0
2017/2021





Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Com relação aos melhores Índices de Transparência, destaca-se que 11 (onze) municípios obtiveram – na série histórica – médias consideradas elevadas (Tabela 2), enquanto que apenas 4 (quatro) municípios apresentaram médias consideradas deficientes e críticas (Tabela 3), em indicativo de melhoria constante de desempenho dos portais de prefeituras face à atividade de Controle e fiscalizações do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e o aperfeiçoamento das estruturas internas das Prefeituras quanto à incorporação da cultura da transparência.

Tabela 2
Série histórica 2017-2021 e Média
Prefeituras com Índices de Transparência (IT) em nível elevado (acima de 9,0)

Municípios	Prefeituras 2017	Prefeituras 2018 (Primeira rodada)	Prefeituras 2018 (Segunda rodada)	Prefeituras 2019	Prefeituras 2020	Prefeituras 2021	Médias dos Índices de Transparência
	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	
Barra dos Coqueiros	10	9,9	10	10,0	10,0	9,1	9,8
Lagarto	9,8	10	10	9,3	9,1	9,4	9,6
Estância	9,5	9,3	9,8	9,3	7,7	9,4	9,2
Pedra Mole	8,3	8,4	9,7	9,2	9,8	9,4	9,1
Indiaroba	9,1	9,9	9,5	7,5	9,3	9,5	9,1
São Cristóvão	10	10	8,8	8,8	8	8,9	9,1
Areia Branca	8	9,9	9,4	8,7	8,9	9,5	9,1
Capela	7,3	8	9,3	10	9,4	10,0	9,0
Boquim	8,9	7,8	9,3	9,9	9,1	8,8	9,0
Cristinápolis	9,5	10	10	8,1	9,1	7,0	9,0
Nossa Senhora de Lourdes	8,9	8	8,7	8,6	9,5	10,0	9,0



DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Tabela 3

Série histórica 2017-2021 e Média

Prefeituras com Índices de Transparência (IT) em níveis deficientes e críticos (< ou = 6,9)

Municípios	Prefeituras 2017	Prefeituras 2018 (Primeira rodada)	Prefeituras 2018 (Segunda rodada)	Prefeituras 2019	Prefeituras 2020	Prefeituras 2021	Médias dos Índices de Transparência
	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	
Canindé de São Francisco	8,8	1,6	6,6	5,9	4,6	8,6	6,0
Nossa Senhora da Glória	7,3	4,5	4,7	4,3	9,2	7,7	6,3
São Francisco	8,9	6,3	5,9	8,6	4,9	6,6	6,9
Graccho Cardoso	8,3	7,8	6,9	8,7	5,3	4,4	6,9

Câmaras Municipais (Poder Legislativo)

Da mesma forma que as Prefeituras, a análise das Câmaras Municipais teve como base os indicadores da média geral do período e a quantidade de unidades com ITs deficiente e críticos.

O primeiro indicador é a Média Geral do período (tabela 4) que resultou em 7,6, revelando resultados satisfatórios, embora menores que os das Prefeituras (8,2). As médias dos ciclos de fiscalizações variaram entre 6,1 (limite inferior) e 8,1 (limite superior).

Outro indicador é a quantidade de Câmaras Municipais que apresentaram ITs menores que 7,0, cujos níveis de transparência são classificados como Deficientes e Críticos. A média do período é de 21 unidades por ano com Índices de Transparência deficiente e críticos o que representa 28% do universo de Câmaras Municipais.



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

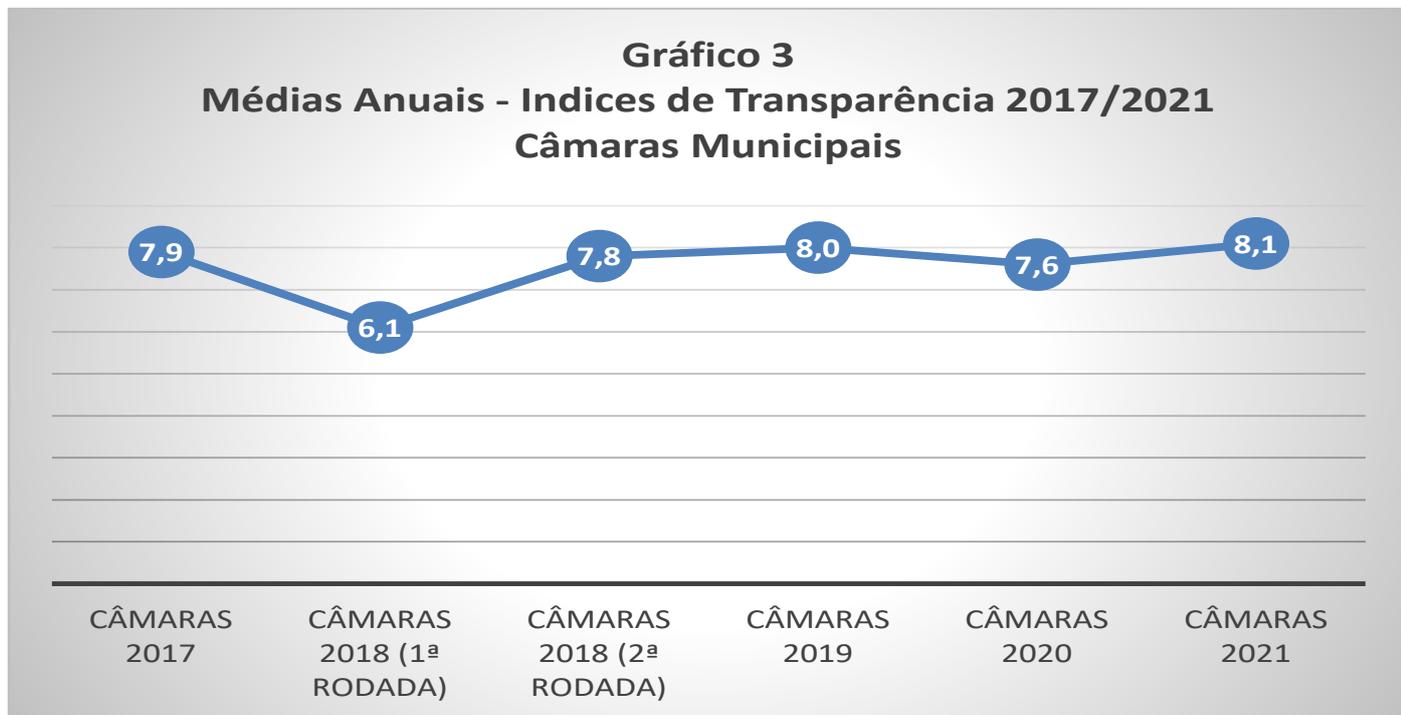
DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

O número mais expressivo de Câmaras com ITs abaixo de 7,0 aconteceu em 2018 com 53 unidades (71%) apresentando portais deficientes e críticos, quando da entrada em vigor dos procedimentos relativos à Resolução TC 311/2018, estabilizando-se nos ciclos seguintes. Em 2020, 25 unidades (33,3%) apresentaram ITs abaixo de 7,0.

Tabela 4
Câmaras Municipais - Série histórica 2017/2021
Médias Anuais/Geral ITs e Quantidade de unidades deficientes e críticas (IT < 7,0)

Indicadores	Câmaras 2017	Câmaras 2018 (1ª Rodada)	Câmaras 2018 (2ª Rodada)	Câmaras 2019	Câmaras 2020	Câmaras 2021	Médias dos Índices de Transparência
Média Geral	7,9	6,1	7,8	8	7,6	8,1	7,6
Quantidade de unidades com ITs deficientes e	19	53	10	7	25	13	21

Fonte: série histórica TCE/SE





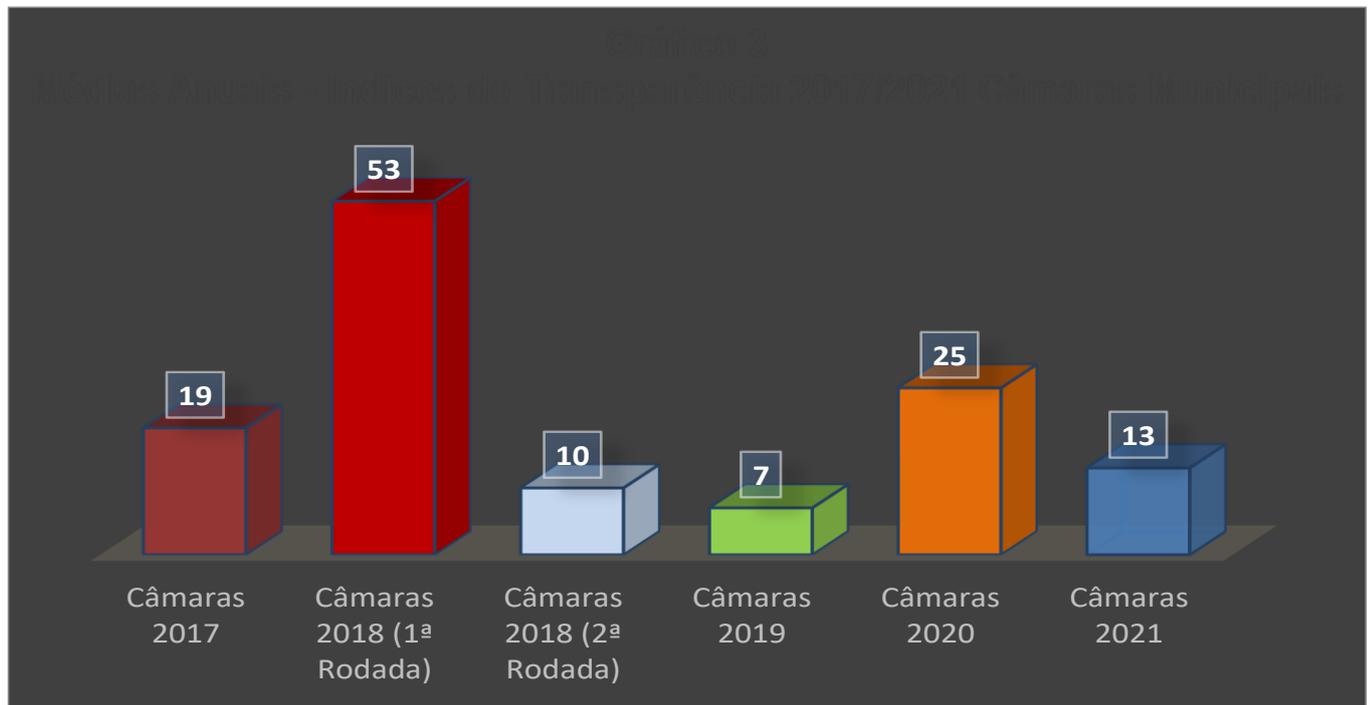
Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Gráfico 4

Série histórica 2017-2021 e Média

Quantidade de Câmaras Municipais em níveis deficientes e críticos (< ou = 6,9)



Quanto aos melhores Índices de Transparência, destaca-se que apenas 5 (cinco) Câmaras Municipais obtiveram – na série histórica – médias consideradas elevadas (Tabela 5), enquanto que 12 (doze) ou 16% das Casas Legislativas apresentaram médias consideradas deficientes e críticas (Tabela 6), em indicativo da necessidade de aprimoramento nas atividades de Controle relativas à Transparência das Casas Legislativas.



DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Tabela 5

Série histórica 2017-2021 e Média

Câmaras Municipais com Índices de Transparência (IT) em nível elevado (acima de 9,0)

	Câmaras 2017	Câmaras 2018 (Primeira rodada)	Câmaras 2018 (Segunda rodada)	Câmaras 2019	Câmaras 2020	Câmaras 2021	Médias dos Índices de Transparência
Câmaras Municipais	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	
Pinhão	10	8,9	10	9,4	10	7,6	9,3
Itabaiana	10	9	9,9	9,2	8,7	8,7	9,3
Pedra Mole	9,2	9,3	9,5	8,7	9,6	9,1	9,2
Gararu	9,5	7,9	9,9	9,2	8,3	9,8	9,1
Poço Verde	8,5	9	8,9	8,4	9,9	9,9	9,1

Tabela 6

Série histórica 2017-2021 e Média

Câmaras Municipais com Índices de Transparência (IT) em níveis deficientes e críticos (< ou = 6,9)

	Câmaras 2017	Câmaras 2018 (Primeira rodada)	Câmaras 2018 (Segunda rodada)	Câmaras 2019	Câmaras 2020	Câmaras 2021	Médias dos Índices de Transparência
Câmaras Municipais	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	
Santa Luzia do Itanhy	8,1	3,1	2,7	2,1	5,5	8,8	5,1
Ilha das Flores	4	5,8	7,2	5,5	5,9	5,6	5,7
Amparo do São Francisco	3,1	4,6	5,3	6,4	8,5	7,9	6,0
General Maynard	6,5	4,7	5	8,0	5,1	7,4	6,1
Salgado	9,5	0	8,2	7,0	3,6	8,7	6,2
Areia Branca	7,1	5,6	7	8,8	4,9	3,8	6,2
Santa Rosa de Lima	0	7,3	7,4	9,2	6,9	6,7	6,3
Rosário do Catete	6,5	6,4	8,1	5,8	5	6,2	6,3
Pedrinhas	8,6	5,6	7,5	6,0	9,1	1,8	6,4
Umbaúba	5,4	7,7	8,5	3,4	5,8	8,3	6,5
Tobias Barreto	8,8	0	8,5	7,4	5,7	8,9	6,6
Propriá	7,3	6,2	7,6	8,3	3,1	7,6	6,7



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Com base nesses indicadores, é possível afirmar que as Câmaras Municipais apresentam, além de uma média geral menor, maiores variações nos ciclos de 2018 e 2020, evidenciando maior necessidade de aprimoramento das estruturas internas de Controle, cujas causas potenciais podem residir no rodízio de equipes e a ausência de ações sistemáticas e sistêmicas de Controle dos portais de transparência.

Administração Indireta (Aracaju)

A fiscalização de portais de transparência de unidades jurisdicionadas da Administração Indireta do Município de Aracaju teve início no ciclo 2019, cujo comportamento resulta em uma média na série histórica de 7,5 (satisfatória), em que fica evidenciada uma evolução individual das unidades, assim como da média geral, cujos registros anuais foram de 7,0 (2019), 7,6 (2020) e 8,0 (2021).

Tabela 7
Série histórica 2019-2021 e Média
Unidades da Administração Indireta de Aracaju - Índices de Transparência (IT)

Unidades	2019	2020	2021	Médias - Índices de Transparência
	Aracaju - Autarquia-Empresa /Fundação Municipal	Aracaju - Autarquia-Empresa /Fundação Municipal	Aracaju - Autarquia-Empresa /Fundação Municipal	
	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	
EMURB	9,1	5,6	8,8	7,8
EMSURB	5,6	7,5	5,9	6,3
AJUPREV	8,9	7,5	8,8	8,4
FUNCAJU	4,5	8,4	9,8	7,6
SMTT	8,5	6,6	7,1	7,4
FUNDAT	5,6	9,7	7,8	7,7
Média Geral	7,0	7,6	8,0	7,5
Unidades com IT's deficientes ou críticos	3	2	1	2



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Somente 1 (uma) unidade apresentou média, na série histórica, de Índice de Transparência abaixo de 6,9, considerado deficiente (EMSURB).

Unidades de Previdência

São identificadas 4 (quatro) unidades de Previdência, sendo uma estadual (Sergipe Previdência) e 3 (três) unidades municipais (Aracaju, Tomar do Geru e Ilha das Flores), cuja média, na série histórica 2019-2021, é de 5,8. São registradas evoluções importantes no nível de qualidade do Sergipe Previdência, Aracaju Previdência e Ilha das Flores. Uma unidade de Previdência apresenta o nível de qualidade mais crítico de todas as séries históricas com média de IT igual a 0,0 (zero).

Tabela 8
Série histórica 2019-2021 e Média
Órgãos de Previdência Estadual e Municipais - Índices de Transparência (IT)

Unidades	2019	2020	2021	Médias - Índices de Transparência
	Órgãos da Previdência	Órgãos da Previdência	Órgãos da Previdência	
	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	
SERGIPEPREVIDÊNCIA	10,0	10,0	9,8	9,9
ARACAJU PREVIDÊNCIA	3,9	7,5	8,8	6,7
IPREV-Instituto de Previdência Social dos Servidores de Ilha das Flores	3,8	7,6	8,6	6,7
Fundo de Previdência dos Servidores Tomar do Geru	0,0	0,0	0,0	0,0
Média Geral	4,4	6,3	6,8	5,8
Unidades com IT's deficientes ou críticos	3	1	1	2

Com base nesses indicadores, é possível afirmar uma evolução importante no segmento das Previdências, cuja criticidade está centrada em um caso que necessita de aprimoramento das estruturas internas de Controle.



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

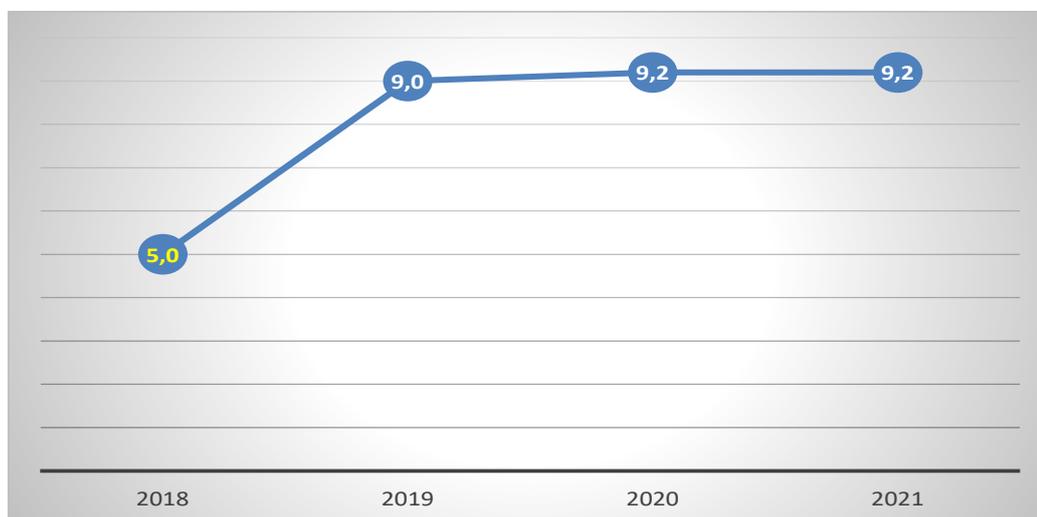
Unidades Estaduais

Quanto aos portais de transparência das unidades estaduais no qual constam Secretarias de Estado, Fundações, Autarquias, Empresas Estatais, e incluindo também Poderes e Órgãos, há um relevante comportamento de evolução do Índice de Transparência cujo média anual registrada de todas as unidades foi de 5,0 (2018 – 2ª rodada), 9,0 (2019), 9,2 (2020) e 9,2 (2021), traduzidos nos dois últimos exercícios em níveis elevados de transparência conforme os critérios estabelecidos na Resolução TCE nº 311/2018.

Tabela 9
Série histórica 2018-2021 e Média
Unidades Estaduais - Índices de Transparência (IT)

Unidades Estaduais	2018	2019	2020	2021	Médias dos Índices de Transparência
Média Geral	5,0	9,0	9,2	9,2	8,1
Quantidade de unidades com ITs deficientes e críticos	34	0	0	1	9

Gráfico 5
Unidades Estaduais - Índices de Transparência (IT)
Série histórica 2018-2021 (Médias)





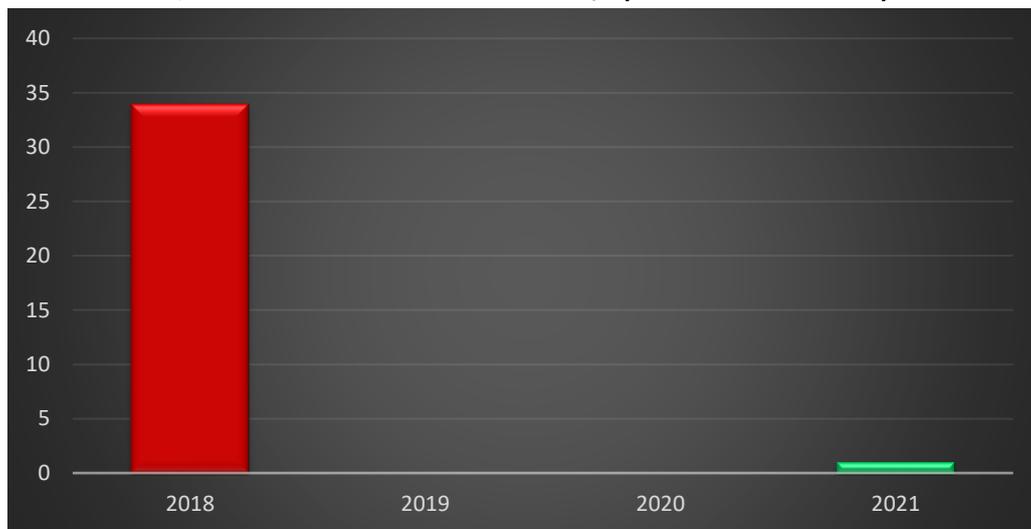
Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Gráfico 6

Unidades Estaduais - Índices de Transparência (IT)
Série histórica 2018-2021 (Médias)

Quantidade de unidades com IT < 7,0 (deficientes e críticos)



Relativamente aos melhores Índices de Transparência das unidades estaduais, destaca-se que 7 (sete) unidades mantiveram, no período 2018/2021, Índices de Transparência acima de 9,0, considerados de nível de qualidade elevada por apresentarem dados e informações conforme critérios da Resolução TC nº 311/2018.

Tabela 10

Série histórica Médias 2018-2021

Unidades Estaduais - Índices de Transparência (IT) > 9,0 (elevados)

Unidades Estaduais	2018	2019	2020	2021	Médias dos Índices de Transparência
	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	
TCESE - Tribunal de Contas do Estado de Sergipe	9,7	10	10	9,8	9,9
AGRESE - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe	8,3	10	9,4	9,1	9,2
CEHOP - Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas	8,6	9	9,8	9,2	9,2
SETC - Secretaria de Estado da Transparência e Controle	7,2	10	9,5	9,8	9,1
TJSE - Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	7,7	9	9,5	9,8	9,0
DER - Departamento de Estado de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe	8,5	8,7	9,4	9,2	9,0
IPESAÚDE	7,4	9,7	8,9	9,8	9,0



DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Somente duas unidades estaduais apresentaram, na série histórica, médias inferiores a 7,0 em virtude da avaliação crítica no ciclo 2018, cuja evolução recente demonstrou níveis de qualidade entre satisfatório e elevado.

Tabela 11
Série histórica Médias 2018-2021
Unidades Estaduais - Índices de Transparência (IT) < 7,0 (deficiente e crítico)

Unidades Estaduais	2018	2019	2020	2021	Médias dos Índices de Transparência
	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	
FSPH - Fundação de Saúde "Parreiras Horta"	1,4	8,2	8,1	7,2	6,2
EMSETUR - Empresa Sergipana de Turismo S.A.	0,0	8,9	9,2	9,5	6,9

4. PRINCIPAIS CAUSAS DE DEFICIÊNCIAS NOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA

Inspirada na métrica da ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, a Matriz de Fiscalização do TCE/SE (Anexo I – Orientação Técnica nº 01/2019) possui 48 critérios de análise (auditoria) com pesos diferenciados que totalizam 100 pontos ou 100% quando atendidos integralmente, dividida nas categorias de Transparência Ativa, Passiva e Boas Práticas.

Tabela 12
Pontuação de Critérios

Categorias	Quantidade de Critérios	Índice de Transparência (IT)	Pontuação	%
Transparência Ativa	31	7,5	75	75%
Transparência Passiva	11	1,8	18	18%
Boas Práticas	6	0,7	7	7%
Total	48	10,0	100	100%

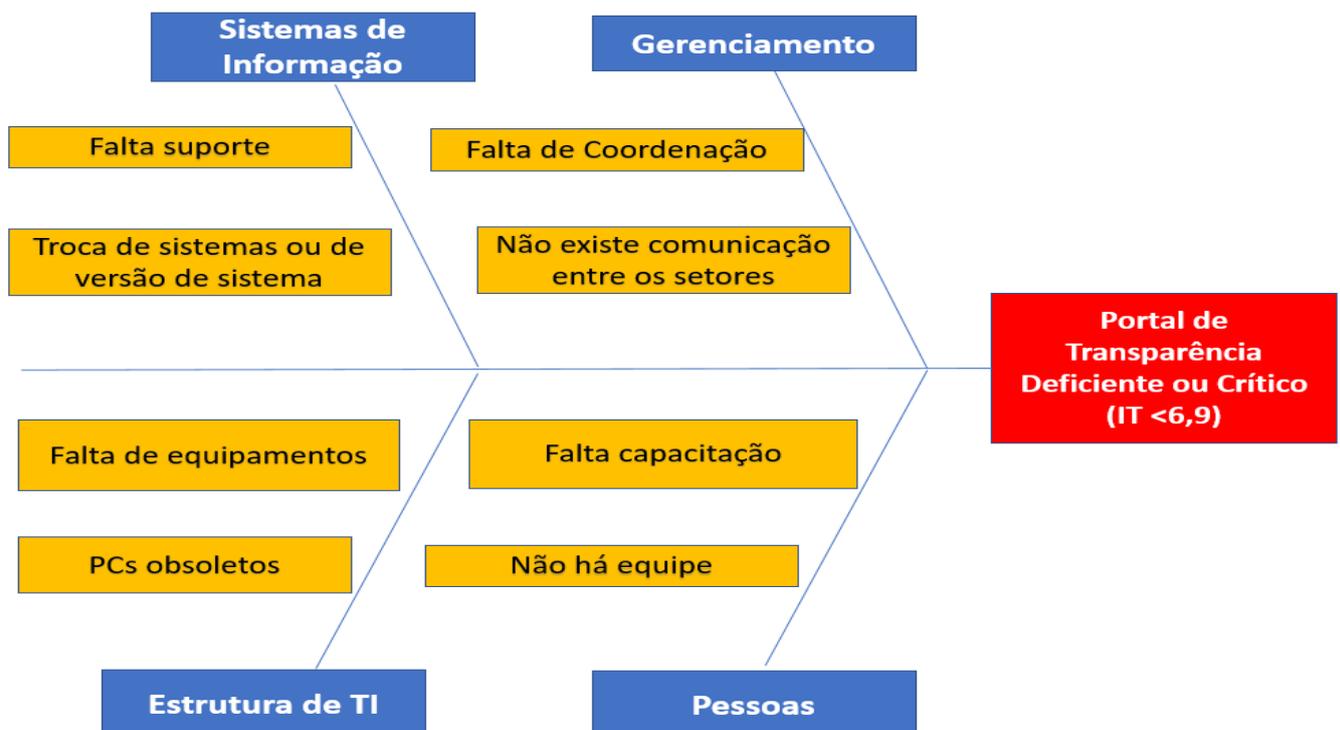
DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Salienta-se que o atendimento integral dos 31 critérios da Transparência Ativa, que se caracteriza pela composição de itens de divulgação obrigatória, totaliza um IT de 7,5 ou 75 pontos ou 75% de atendimento garantindo um nível de qualidade satisfatório, conforme parametrizado pelo art. 9º da Resolução TCE nº 311/2018.

As unidades que não atingem um IT de 7,0 (70 pontos ou 70%) necessariamente deixam de cumprir itens da Transparência Ativa, considerados obrigatórios.

As causas mais frequentes que têm como efeito a deficiência ou criticidade na avaliação dos portais de transparência são:

Figura 1
Diagrama de Causa e Efeito
Causas de Deficiência ou Criticidade - ITs



Os critérios que - mais frequentemente - não são atendidos são:



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Crítérios não atendidos (mais frequentes)	Observações
2.1.4 Endereço, telefone e horário de atendimento das unidades?	Não são apresentados ou ainda quando testados estão desatualizados ou ninguém atende
2.1.5 Publica, de forma clara e nominal, a Legislação do Ente/Poder/Órgão (Lei Orgânica - Município (PM) Regimento (Câmara Municipal), Regimento (Poderes do Estado), Lei da Estrutura Administrativa, Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA). No caso da Administração Indireta, devem publicar Lei de Criação/Autorização, Estatuto ou Regimento e Lei de Estrutura Administrativa.	As Leis não são divulgadas de forma clara e nominal, ou seja, somente apresentam o número mas não mencionam do que se trata. Exemplo: Lei nº 100/2022 quando o correto é Lei nº 100/2022 - Lei Orçamentária Anual de 2023
3.1 Há informações sobre a receita nos últimos 12 meses, incluindo natureza, valor de previsão e valor arrecadado, permitindo a consulta dos valores mensais e acumulados. No caso das Câmaras Municipais, Secretarias de Estado e unidades similares devem apresentar notas explicativas contendo os repasses do Tesouro.	Não são divulgados dados dos últimos 12 meses e série histórica dos últimos cinco exercícios, além de estarem ausentes alguns dos dados solicitados. No caso de Câmaras Municipais, apresentar valores dos duodécimos e receitas próprias.
4.3 Há divulgação de Diárias e passagens por nome de favorecido, constando data, destino, cargo, valores e motivo da viagem?	Este é o item recordista de maior frequência em não atendimento. Diárias e Passagens aéreas ou rodoviárias devem estar compatíveis. Eventuais deslocamentos por via rodoviária (terrestre) devem ser alvos de Notas Explicativas com menção à placa do veículo do Órgão.
5.1.6 Íntegra dos editais de licitação	Não são apresentados na íntegra, apenas resumos.
5.1.8 Contratos na íntegra	Não são apresentados na íntegra, apenas resumos ou extratos. Aditivos também ser divulgados.
6.1.1 As prestações de contas (relatório de gestão) do ano anterior?	Série histórica deve ser observada
6.1.2 Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 12 meses?	Série histórica deve ser observada
6.1.3 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 12 meses?	Série histórica deve ser observada
6.2 O Site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV), de modo a facilitar a análise das informações?	o portal deve possibilitar ao Cidadão a possibilidade de "Baixar" o arquivo em mais de um formato (pdf, editor de texto, planilha) ou imprimir.
7.1 Apresenta a estrutura de cargos, informando o número de cargos efetivos e comissionados, preenchidos e vagos?	São apresentados de forma incompleta
7.2 Divulga quadro remuneratório dos cargos efetivos, comissionados e eletivos, composto por todos os vencimentos básicos e/ou subsídios?	São apresentados de forma incompleta
7.3 Divulga folha de pagamento contendo servidores efetivos, ativos, detentores de cargos comissionados e funções de confiança, contratados e, quando for o caso, dos inativos, com indicação das datas de admissão, inativação e exoneração, com a denominação dos respectivos cargos, empregos e/ou funções, da carga horária semanal e da lotação? Obs.: É vedada a divulgação de descontos pessoais como empréstimos, pensões alimentícias e nomenclaturas similares quando da disponibilização da remuneração dos servidores (folha de pagamento).	São apresentados de forma incompleta
9.1 Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?	O SIC e o e-SIC precisam ser constantemente acompanhados, facilitando o acesso do cidadão com respostas tempestivas
9.2 Apresenta possibilidade de acompanhamento posterior da solicitação?	O SIC e o e-SIC precisam ser constantemente acompanhados, facilitando o acesso do cidadão com respostas tempestivas
9.3 A solicitação por meio do e-SIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade?	O SIC e o e-SIC precisam ser constantemente acompanhados, facilitando o acesso do cidadão com respostas tempestivas

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

5. CONCLUSÕES

A divulgação de dados e informações nos portais de transparência de forma diária, permanente, constante e em “tempo real” é a forma mais moderna e democrática de “Prestação de Contas” da administração pública permitindo e possibilitando ao Cidadão um efetivo Controle Social e aos Órgãos de Controle o acompanhamento dos atos de Gestão de forma ágil e concomitante.

A partir desta perspectiva histórica, é preciso salientar o papel do TCE/SE na realização de ciclos anuais de fiscalização contemplando mais de 200 unidades jurisdicionadas, partindo do estímulo inicial para que todas as unidades passassem a possuir um portal de transparência e, posteriormente, com a regulamentação através da Resolução TC nº 311/2018, a melhoria da qualidade dos dados e informações disponibilizados à população.

Neste Estudo da série histórica dos Índices de Transparência (IT) realizado pela Coordenadoria de Auditoria Operacional da Diretoria de Controle Externo de Obras e Serviços foi identificado, em geral, o desempenho “satisfatório” das unidades estaduais e municipais – acima de 7,0 (70 pontos ou ainda 70% de critérios atendidos) - quanto ao atendimento dos requisitos de Lei de Acesso à Informação - LAI, cujos procedimentos de fiscalização no TCE/SE foram regulamentados pela Resolução TCE nº 311/2018.

O Estudo fora realizado com base em dois indicadores: i) média geral da série histórica disponível de acordo com a classificação de Prefeituras (Poder Executivo), Câmaras (Poder Legislativo), Administração Indireta – Aracaju, Institutos de Previdência e Unidades Estaduais, com demonstração dos Índices de Transparência com níveis de qualidade de críticos a elevados e ii) quantidade de unidades que apresentaram ITs menores que 7,0, ou seja, deficientes e críticos, assim sintetizados:



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Indicadores	Prefeituras (Poder Executivo)	Câmaras Municipais (Poder Legislativo)	Unidades Adm. Indireta Aracaju	Unidades de Previdência	Unidades Estaduais
Média Geral (série histórica)	8,2	7,6	7,5	5,8	8,1
Quantidade de unidades com ITs deficientes e críticos (média)	13	21	2	2	9

- ✓ **Coube ao Poder Executivo do Estado de Sergipe, a evolução mais significativa no nível de qualidade dos portais de transparência de suas unidades da Administração Direta e Indireta**, contemplando Secretarias de Estado, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais, cuja média de IT de 5,0 obtida em 2018 foi ampliada para 9,2 em 2021, constituindo-se em nível elevado de transparência, conforme os critérios adotados pelo TCE/SE com base na métrica da ENCCLA.
- ✓ **As Câmaras Municipais e as Unidades de Previdência (notadamente as municipais) são aqueles segmentos cujas unidades jurisdicionadas carecem de maior estruturação e qualificação** dos setores internos envolvidos no Controle de qualidade dos portais de transparência;
- ✓ As Câmaras Municipais, por possuírem, uma elevada média histórica de quantidade de unidades, em níveis de qualidade deficiente e críticos com IT < 7,0, embora a média histórica do IT esteja acima do nível satisfatório;
- ✓ Por sua vez, as Unidades de Previdência apresentam média histórica do IT de 5,8 (abaixo de 7,0), fortemente influenciados pelo comportamento histórico de unidades de previdência municipal;
- ✓ **As Prefeituras Municipais e unidades da Administração Indireta de Aracaju apresentam uma importante evolução no desempenho** dos Índices de Transparência ao longo do período avaliado.



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Em geral, há que se considerar o desempenho satisfatório da qualidade dos portais, embora a Transparência, em virtude dos avanços tecnológicos e de recentes normativos como o Decreto Federal nº 10.540/2020 (SIAFICs) e o recente Programa Nacional de Transparência Pública - PNTP da ATRICON, necessite de permanente melhoria da Governança para garantir o amplo acesso à sociedade.

Como encaminhamento resultante deste Estudo, propõe-se a realização pelo TCE/SE, através da CAOP/DCEOS, de reuniões técnicas de orientação voltadas *a priori* às Câmaras Municipais e Institutos Municipais de Previdência para enfrentamento das principais causas, dificuldades e dúvidas das equipes técnicas dessas unidades a fim de possibilitar um fortalecimento da Governança e do Controle de qualidade dos portais de transparência. Em segundo momento, a orientação será direcionada às demais unidades municipais e estaduais.

Em 19/07/2022, subscrevem este Estudo, os servidores abaixo relacionados.

Fernando Monteiro Marcelino
Coordenador de Auditoria Operacional

Saulo Roberto Amorim Silva
Analista de Controle Interno I

Vanessa Reis Seixas Resende
Analista de Controle Interno II

Rosalvo José de Oliveira Neto
Analista de Controle Interno I

Júlio César Dantas de Carvalho
Analista de Controle Interno I

Aline dos Santos Lima
Analista de Controle Interno I

Antônio Conrado Dantas Filho
Analista de Controle Interno I



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

ANEXO I

Série histórica – Prefeituras Municipais



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Municípios	SÉRIE HISTÓRICA						Médias - Índices de Transparência
	Prefeituras 2017	Prefeituras 2018 (Primeira rodada)	Prefeituras 2018 (Segunda rodada)	Prefeituras 2019	Prefeituras 2020	Prefeituras 2021	
	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	
Amparo do São Francisco	9,1	8,4	5,5	7,7	8,5	8,2	7,9
Aquidabã	8,5	9,4	8,6	9,7	7,1	7,5	8,5
Aracaju	8	8,9	9,3	9,4	9,1	7,0	8,6
Araújo	8,9	8,6	8,3	8,5	9,2	8,3	8,6
Areia Branca	8	9,9	9,4	8,7	8,9	9,5	9,1
Barra dos Coqueiros	10	9,9	10	10,0	10,0	9,1	9,8
Boquim	8,9	7,8	9,3	9,9	9,1	8,8	9,0
Brejo Grande	10	6,9	7,1	10,0	7,0	8,1	8,2
Campo do Brito	9,5	7,2	8,5	9,5	9,3	9,0	8,8
Canhoba	9,3	7,7	8,7	9,4	6,4	9,0	8,4
Canindé de São Francisco	8,8	1,6	6,6	5,9	4,6	8,6	6,0
Capela	7,3	8	9,3	10	9,4	10,0	9,0
Carira	9	9,6	8,2	7,9	5,5	9,4	8,3
Carmópolis	8,5	5,4	8,4	9,0	7,3	9,0	7,9
Cedro de São João	5,7	6,9	6,8	8,8	6,7	8,8	7,3
Cristinápolis	9,5	10	10	8,1	9,1	7,0	9,0
Cumbe	9,1	8,6	9,1	7,8	8,3	8,5	8,6
Divina Pastora	9,3	6,1	9,5	8,6	9,4	9,5	8,7
Estância	9,5	9,3	9,8	9,3	7,7	9,4	9,2
Feira Nova	9,6	8,8	8,3	8,6	7,7	8,3	8,6
Frei Paulo	10	7,1	9,2	7,1	4,9	7,0	7,6
Gararu	7	7,9	9,6	7,3	7,8	8,8	8,1
General Maynard	9,5	8	8,8	5,4	6,7	7,5	7,7
Graccho Cardoso	8,3	7,8	6,9	8,7	5,3	4,4	6,9
Ilha das Flores	9,3	9	8,8	9	8,6	7,3	8,7
Indiaroba	9,1	9,9	9,5	7,5	9,3	9,5	9,1
Itabaiana	9,5	7,8	8,1	8,2	7,2	8,8	8,3
Itabaianinha	9,5	8,5	7,6	8,4	8,8	8,4	8,5
Itabi	7,8	6,5	6,7	8,2	6,5	7,1	7,1
Itaporanga d' Ajuda	8,5	9,3	7,4	8,2	7,9	8,6	8,3
Japarutuba	8	8,9	7,6	8,8	8,3	9,1	8,5
Japoatã	9,5	5,3	6,7	8,1	8	7,5	7,5
Lagarto	9,8	10	10	9,3	9,1	9,4	9,6
Laranjeiras	9,5	6,7	8,9	6,8	9,2	7,4	8,1



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Municípios	SÉRIE HISTÓRICA						Médias - Índices de Transparência
	Prefeituras 2017	Prefeituras 2018 (Primeira rodada)	Prefeituras 2018 (Segunda rodada)	Prefeituras 2019	Prefeituras 2020	Prefeituras 2021	
	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	
Macambira	6,6	6	9,1	7,1	8,8	8,5	7,7
Malhada dos Bois	7	7,6	8,4	7,8	6,6	8,5	7,7
Malhador	8,9	6,1	8,9	5	5,8	7,4	7,0
Maruim	8,5	5,1	7,6	7,7	5,4	9,1	7,2
Moita Bonita	8,9	4,4	7,6	8,1	9,8	9,5	8,1
Monte Alegre	9,1	5,2	7,6	8,4	8,1	6,0	7,4
Muribeca	8,7	6,6	6	6,0	9,0	7,4	7,3
Neópolis	8,2	9,4	9,9	7,4	8,5	8,2	8,6
Nossa Senhora Aparecida	8,5	6,1	6,5	9	9,2	8,7	8,0
Nossa Senhora da Glória	7,3	4,5	4,7	4,3	9,2	7,7	6,3
Nossa Senhora das Dores	9,3	8,4	9,3	7,5	9,4	8,4	8,7
Nossa Senhora de Lourdes	8,9	8	8,7	8,6	9,5	10,0	9,0
Nossa Senhora do Socorro	9,5	9,2	7,6	8,2	9,1	9,5	8,9
Pacatuba	9,5	9,1	9,4	6,6	8,7	9,0	8,7
Pedra Mole	8,3	8,4	9,7	9,2	9,8	9,4	9,1
Pedrinhas	8,5	10	7,7	8,3	8,6	6,5	8,3
Pinhão	9,5	6,9	7,3	7,4	10	8,0	8,2
Pirambu	9,1	9,5	9,4	3,9	9,4	8,9	8,4
Poço Redondo	9,2	5,8	7,3	7,4	5,5	8,5	7,3
Poço Verde	8,7	9,1	7,6	9,2	8,9	9,2	8,8
Porto da Folha	8,5	8,6	8,1	8,2	9,2	9,7	8,7
Propriá	8,6	7,7	8,1	7,9	7,7	7,0	7,8
Riachão do Dantas	8,5	7,4	7,2	5,7	7,7	9,8	7,7
Riachuelo	9,5	7,1	8,1	9,1	8,8	8,5	8,5
Ribeirópolis	9,5	7,6	6,6	8,0	8,3	8,9	8,2
Rosário do Catete	10	7,7	8,8	9,3	7,7	9,1	8,8
Salgado	9,2	4,9	8,6	6,0	8,0	7,7	7,4
Santa Luzia do Itanhy	9,5	4,5	9,2	8	9	8,5	8,1
Santa Rosa de Lima	6,8	4,9	7,6	9,3	8,5	9,2	7,7
Santana do São Francisco	7	6,7	6,7	7,8	6,7	8,3	7,2
Santo Amaro das Brotas	9,5	8,1	8,4	7,6	7,3	8,5	8,2
São Cristóvão	10	10	8,8	8,8	8	8,9	9,1
São Domingos	8,9	6,6	7,6	7,9	6,9	7,6	7,6
São Francisco	8,9	6,3	5,9	8,6	4,9	6,6	6,9
São Miguel do Aleixo	6,8	7,8	9,5	8,2	8,1	8,3	8,1
Simão Dias	10	7,4	7,2	8,9	6,6	6,9	7,8
Siriri	8,5	8,2	9	7,2	6,1	8,4	7,9
Telha	8,8	7,8	7,5	7,6	6,8	8,3	7,8
Tobias Barreto	9,5	6,4	9,3	8,0	8,2	8,6	8,3
Tomar do Geru	9,3	8,5	7,4	8,8	0,6	9,3	7,3
Umbaúba	9,1	6,2	9,5	7,9	8	6,3	7,8
Média Geral	8,8	7,6	8,2	8,0	7,9	8,4	8,1
Unidades com IT's deficientes ou críticos	3	26	12	10	19	6	4
Moda (Valor que mais se repete)	9,5	7,8	7,6	8,2	9,1	8,5	7,8
Mediana (valor central da Série)	9,0	7,8	8,4	8,2	8,2	8,5	8,2



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

ANEXO II

Série histórica – Câmaras Municipais



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

	SÉRIE HISTÓRICA						
	Câmaras 2017	Câmaras 2018 (Primeira rodada)	Câmaras 2018 (Segunda rodada)	Câmaras 2019	Câmaras 2020	Câmaras 2021	Médias - Índices de Transparência
Câmaras Municipais	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	
Amparo do São Francisco	3,1	4,6	5,3	6,4	8,5	7,9	6,0
Aquidabã	7,3	5,9	8	7,9	8,6	8	7,6
Aracaju	8,3	7,2	7,4	8,6	9,8	8	8,2
Araúá	8,4	4,8	9,1	8,1	4,8	8,8	7,3
Areia Branca	7,1	5,6	7	8,8	4,9	3,8	6,2
Barra dos Coqueiros	8,7	5,7	8,7	9,0	9,9	10,0	8,7
Boquim	8,1	7,9	7,1	8,9	7,5	7,6	7,9
Brejo Grande	5,3	9,1	7,7	7,9	4,3	9,8	7,4
Campo do Brito	6,3	6,7	8,4	9,3	6,2	10,0	7,8
Canhoba	9,1	6,9	8	8,6	8,5	8,2	8,2
Canindé de São Francisco	5,7	6,4	8,8	7,5	4,6	9,0	7,0
Capela	8,3	8	6	8,2	9,4	7,5	7,9
Carira	6,3	6,1	7,7	8,1	9,5	9,3	7,8
Carmópolis	9,1	6	7,7	7,5	6,6	8,6	7,6
Cedro de São João	8,7	6	8,3	8,3	6,1	8,0	7,6
Cristinápolis	6,9	6,1	7,8	9,5	8,3	10,0	8,1
Cumbe	9,5	6	8,2	7,5	7,4	8,5	7,9
Divina Pastora	8,3	6,8	7,9	7,1	8,4	9,1	7,9
Estância	6,9	4,7	9,2	9,0	7,2	9,3	7,7
Feira Nova	8,7	7	9,2	7,3	7,1	6,7	7,7
Frei Paulo	8,9	4,7	9	9,0	5,3	9,5	7,7
Gararu	9,5	7,9	9,9	9,2	8,3	9,8	9,1
General Maynard	6,5	4,7	5	8,0	5,1	7,4	6,1
Graccho Cardoso	9,5	5,7	6,3	7,2	8,2	9,8	7,8
Ilha das Flores	4	5,8	7,2	5,5	5,9	5,6	5,7
Indiaroba	8,5	4,4	7,6	8,6	5,5	8,7	7,2
Itabaiana	10	9	9,9	9,2	8,7	8,7	9,3
Itabaianinha	7,5	7,2	7,1	7,4	7,6	9,5	7,7
Itabi	9,5	7,9	6,4	8,3	8,3	8,7	8,2
Itaporanga d' Ajuda	8,1	5,4	7,3	8,6	7,6	9,1	7,7
Japaratuba	7,4	4,9	8	8,5	8,9	8,8	7,8
Japoatã	7,6	5,1	8,1	8,0	7,5	9,2	7,6
Lagarto	5,9	4,5	8,2	8,3	8,8	9,3	7,5
Laranjeiras	7,3	6,2	7,3	8,3	9	8,8	7,8



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Câmaras Municipais	SÉRIE HISTÓRICA						Médias - Índices de Transparência
	Câmaras 2017	Câmaras 2018 (Primeira rodada)	Câmaras 2018 (Segunda rodada)	Câmaras 2019	Câmaras 2020	Câmaras 2021	
	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	
Macambira	8,5	6,8	7,3	6,0	9,2	9,9	8,0
Malhada dos Bois	9,5	6,8	7,9	7,5	6,9	7,3	7,7
Malhador	7,4	6,7	9	9,3	7,8	7,0	7,9
Maruim	9,5	4,8	8,9	8,3	7,8	6,6	7,7
Moita Bonita	5,1	6,1	7,7	8,4	9,6	8,8	7,6
Monte Alegre	8,3	9	9	8	8	8,4	8,5
Muribeca	8,4	6,7	6,3	8,5	9,9	5,7	7,6
Neópolis	9,5	7,7	10	7,6	9	0	7,3
Nossa Senhora Aparecida	9,5	7,3	8,9	7,3	6,6	9,2	8,1
Nossa Senhora da Glória	9,1	5,5	9	9,1	10	7,5	8,4
Nossa Senhora das Dores	9	7,1	9,4	9,2	10	8,1	8,8
Nossa Senhora de Lourdes	9,5	5,9	8,2	7,2	8	7,6	7,7
Nossa Senhora do Socorro	6,9	2,3	8,5	9,8	9,2	6,9	7,3
Pacatuba	9,1	7	8	7,6	8,4	8,4	8,1
Pedra Mole	9,2	9,3	9,5	8,7	9,6	9,1	9,2
Pedrinhas	8,6	5,6	7,5	6,0	9,1	1,8	6,4
Pinhão	10	8,9	10	9,4	10	7,6	9,3
Pirambu	6,5	6,3	7,9	7,4	8,9	4,9	7,0
Poço Redondo	7,9	5,8	7,9	8,2	7,9	7,4	7,5
Poço Verde	8,5	9	8,9	8,4	9,9	9,9	9,1
Porto da Folha	9,5	5,4	5,4	8,4	9,5	9,5	8,0
Propriá	7,3	6,2	7,6	8,3	3,1	7,6	6,7
Riachão do Dantas	6,8	5	8,2	7,4	6,5	9,4	7,2
Riachuelo	8,2	5,8	7	9,5	8,7	7,5	7,8
Ribeirópolis	9,5	6,7	9,3	9,2	5,9	9,6	8,4
Rosário do Catete	6,5	6,4	8,1	5,8	5	6,2	6,3
Salgado	9,5	0	8,2	7,0	3,6	8,7	6,2
Santa Luzia do Itanhy	8,1	3,1	2,7	2,1	5,5	8,8	5,1
Santa Rosa de Lima	0	7,3	7,4	9,2	6,9	6,7	6,3
Santana do São Francisco	8,3	7,2	7,1	7,8	7,8	6,2	7,4
Santo Amaro das Brotas	7,3	6	9,2	9,7	6,4	9,1	8,0
São Cristóvão	9,5	7	8,5	8,2	7,1	9,5	8,3
São Domingos	9,1	6,2	0,4	9,5	8,3	8,8	7,1
São Francisco	9,5	4,5	8,5	7,2	5,6	7,8	7,2
São Miguel do Aleixo	9,5	5	8	8,1	6,7	8,3	7,6
Simão Dias	8,9	5,3	7,5	9,2	8,4	7,4	7,8
Siriri	6,8	5,6	3	9,0	8,2	10,0	7,1
Telha	6,6	6,7	7,7	7,5	8,4	7,1	7,3
Tobias Barreto	8,8	0	8,5	7,4	5,7	8,9	6,6
Tomar do Geru	9,1	7,5	9	7,3	8,2	9,5	8,4
Umbaúba	5,4	7,7	8,5	3,4	5,8	8,3	6,5
Média Geral	7,9	6,1	7,8	8,0	7,6	8,1	7,6
Unidades com IT's deficientes ou críticos	19	53	10	7	25	13	12
Moda (Valor que mais se repete)	9,5	6,7	8,0	8,3	8,3	8,8	7,6
Mediana (valor central da Série)	8,3	6,1	8,0	8,2	8,0	8,6	7,7



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

ANEXO III

**Série histórica – Administração Indireta
(Município de Aracaju)**



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Unidades	2019	2020	2021	Médias - Índices de Transparência
	Aracaju - Autarquia-Empresa /Fundação Municipal	Aracaju - Autarquia-Empresa /Fundação Municipal	Aracaju - Autarquia-Empresa /Fundação Municipal	
	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	
EMURB	9,1	5,6	8,8	7,8
EMSURB	5,6	7,5	5,9	6,3
FUNCAJU	4,5	8,4	9,8	7,6
SMTT	8,5	6,6	7,1	7,4
FUNDAT	5,6	9,7	7,8	7,7
Média Geral	6,7	7,6	7,9	7,4
Unidades com IT's deficientes ou críticos	3	2	1	2
Moda (Valor que mais se repete)	5,6	nd	nd	nd
Mediana	5,6	7,5	7,8	7,0



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

ANEXO IV

Série histórica – Previdências



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Unidades	2019	2020	2021	Médias - Índices de Transparência
	Órgãos da Previdência	Órgãos da Previdência	Órgãos da Previdência	
	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	
SERGIPEPREVIDÊNCIA	10,0	10,0	9,8	9,9
ARACAJU PREVIDÊNCIA	3,9	7,5	8,8	6,7
IPREV-Instituto de Previdência Social dos Servidores de Ilha das Flores	3,8	7,6	8,6	6,7
Fundo de Previdência dos Servidores Tomar do Geru	0,0	0,0	0,0	0,0
Média Geral	4,4	6,3	6,8	5,8
Unidades com IT's deficientes ou críticos	3	1	1	2



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

ANEXO V

Série histórica – Unidades Estaduais



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Unidades Estaduais					
	2018	2019	2020	2021	Médias -
	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índices de Transparência
ADEMA - Administração Estadual do Meio Ambiente	2,1	8,8	7,7	9,8	7,1
AGRESE - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe	8,3	10	9,4	9,1	9,2
BANESE - Bando do Estado de Sergipe S.A.	8,3	8,7	8,3	7,3	8,2
CEHOP - Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas	8,6	9	9,8	9,2	9,2
CODISE - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe	6,5	10	9,7	9	8,8
COHIDRO - Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe	5,6	8,8	9,8	9,8	8,5
CBM - Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe	0,5	8,7	9,8	9,3	7,1
DEFESA CIVIL	4,0	7,9	8,1	9	7,3
DER - Departamento de Estado de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe	8,5	8,7	9,4	9,2	9,0
DESO - Companhia de Saneamento de Sergipe	8,1	9	9	8,8	8,7
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito de Sergipe	3,1	9,4	9,7	8,3	7,6
EMDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe	2,3	8,7	8,4	9,8	7,3
EMGETIS - Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação	4,0	8,5	10	9,8	8,1
EMSETUR - Empresa Sergipana de Turismo S.A.	0,0	8,9	9,2	9,5	6,9
FAPITEC - Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe	8,0	9,9	7,8	9,7	8,9
FSPH - Fundação de Saúde "Parreiras Horta"	1,4	8,2	8,1	7,2	6,2
FUNCAP - Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe	3,1	8	9,7	8,5	7,3
FUNESA - Fundação Estadual de Saúde	6,9	9	9,1	8,4	8,4
FUNDAÇÃO RENASCER	2,3	9,6	9,7	9,7	7,8
HPM-SE - Hospital da Polícia Militar	6,3	8,5	8,3	8,1	7,8
IPESAÚDE	7,4	9,7	8,9	9,8	9,0
SERGIPEPREVIDÊNCIA	4,9	10	10	9,8	8,7
ITPS - Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe	7,1	7,1	9,8	9,8	8,5



Estado de Sergipe
TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
Coordenadoria de Auditoria Operacional

Unidades Estaduais	2018	2019	2020	2021	Médias - Índices de Transparência
	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	Índice de Transparência	
	JUCESE - Junta Comercial do Estado de Sergipe	6,3	8,2	10	
PM - Polícia Militar do Estado de Sergipe	2,9	8,2	8,6	9,8	7,4
PGE - Procuradoria Geral do Estado	1,3	9,1	9,8	9,8	7,5
PRONESE - Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe	0,0	10	10	9,8	7,5
SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca	4,2	8,5	10	7,1	7,5
SEGG - Secretaria de Estado Geral de Governo	5,2	10	9,4	9,8	8,6
SECOM - Secretaria de Estado da Comunicação Social (Não existe mais)	4,1	9,6			6,9
SETC - Secretaria de Estado da Transparência e Controle	7,2	10	9,5	9,8	9,1
SES - Secretaria de Estado da Saúde	4,4	9,8	9,2	9,8	8,3
SETUR - Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte	4,0	9,4	9,7	9,8	8,2
SEDETEC - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e da Tecnologia	4,6	9,7	10	9,8	8,5
SEDUC - Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura	4,3	7,4	7,2	9,8	7,2
SEFAZ - Secretaria de Estado da Fazenda	4,1	8,8	8,6	9,3	7,7
SEGRASE - Serviços Gráficos de Sergipe	5,7	9,3	7	6,7	7,2
SEIAS - Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social	0,5	9	9,9	9,8	7,3
SEDURBS - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade	7,8	10	8	9,5	8,8
SEJUC - Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa do Consumidor	4,7	7,7	9,7	9,8	8,0
SEAD - Secretaria de Estado da Administração	4,4	9,7	9,8	9,8	8,4
SERGÁS - Sergipe Energias Renováveis e Gás S.A.	7,2	8,1	9	8,4	8,2
SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	4,2	8,8	9	9,3	7,8
VGE - Vice Governadoria	0,0	9,6	9,5	9,8	7,2
MPE - Ministério Público do Estado de Sergipe	8,2	9,4	8,1	8,5	8,6
DPE - Defensoria Pública do Estado de Sergipe	6,2	10	9,7	9,8	8,9
TCESE - Tribunal de Contas do Estado de Sergipe	9,7	10	10	9,8	9,9
TJSE - Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	7,7	9	9,5	9,8	9,0
ALESE - Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe	7,2	7,5	9,8	9,3	8,5

Média Geral	5,0	9,0	9,2	9,2	8,1
Unidades com IT's deficientes ou críticos	34	0	0	1	9
Moda (Valor que mais se repete)	4,0	10,0	9,8	9,8	9,0
Mediana (valor central da Série)	4,7	9,0	9,5	9,8	8,2